

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O Fenômeno de Recrudescimento do Estado: Buscando Explicações na Criminologia Crítica	7
2.1. Características da progressiva atuação repressiva do estado	9
2.1.1. Restrição do direito penal à tutela dos direitos individuais	17
2.1.2. Teoria do direito penal do risco	31
2.1.3. Via intermediária: dogmática criminal dualista	37
2.2. Direito penal do inimigo: fórmula de combate aos indivíduos “perigosos”	44
2.2.1. A concepção de inimigo.....	45
2.2.2. Características do direito penal do inimigo	53
2.2.3. Embasamento filosófico do direito penal do inimigo	58
2.3. Princípios e direitos sob ataque: função do direito no combate ao crime.....	63
2.4. Papel da mídia e sua influência no processo penal	82
3. A Consagração do Princípio da Não Autoincriminação como Direito Fundamental.....	93
3.1. Retrospecto histórico	94
3.1.1. Europa Continental.....	95
3.1.2. Inglaterra	103
3.1.3. Estados Unidos da América.....	110
3.2. O princípio da não autoincriminação como direito fundamental ...	115
4. Do Direito ao Silêncio.....	123
4.1. Âmbito de incidência.....	125

4.2. Direito ao silêncio no interrogatório	129
4.2.1. Natureza jurídica do interrogatório	129
4.2.2. Disciplina do interrogatório	134
4.2.3. Métodos proibidos de interrogatório	136
4.2.4. Extensão do direito ao silêncio no interrogatório	142
4.2.5. Condução coercitiva	148
4.3. Acareação	152
4.4. Dever de instrução do direito ao silêncio	153
4.5. Consequências do silêncio	159
4.6. Direito à mentira	171
5. Do Direito de não Produzir Provas contra si Mesmo	179
5.1. Panorama do Direito Comparado.....	180
5.1.1. Estados Unidos da América	180
5.1.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	184
5.1.3. Inglaterra	189
5.1.4. Portugal.....	192
5.1.5. Espanha.....	194
5.1.6. Alemanha	197
5.1.7. Itália	198
5.2. O direito de não produzir provas contra si mesmo na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	201
5.3. Fundamentos do direito de não produzir provas contra si mesmo na ordem constitucional brasileira.....	205
6. Colaboração Premiada à Luz da Constituição Federal 1988	223
6.1. Colaboração premiada em conceito.....	225
6.1.1 Breve excursão histórico da colaboração premiada	225

6.1.2. Definição de colaboração premiada	244
6.2. Análise constitucional da colaboração premiada brasileira	250
6.2.1. Argumentos Favoráveis.....	251
6.2.2. Argumentos Contrários.....	262
6.3. A inconstitucionalidade da colaboração no contexto do direito penal do inimigo: vale tudo na persecução penal?	281
7. Conclusão	287
8. Referências bibliográficas.....	293